

A deseuropeização da paisagem linguística israelense, 1948-2000¹

Cyril Aslonov

Docente e Pesquisador do Departamento de Estudos Românicos e Latino-Americanos da Universidade Hebraica de Jerusalém

Resumo

Este artigo propõe-se traçar um paralelo entre o triunfo do jacobinismo linguístico da França republicana e o sucesso da glotopolítica israelense que conseguiu desarraigar em pouco tempo o babelismo herdado do passado diaspórico dos Israelenses. A imposição do hebraico teve consequências irreparáveis tanto sobre as línguas judias tradicionais quanto sobre as línguas faladas pelos judeus de Europa central, oriental ou balcânica.

No entanto, a ruptura na transmissão das línguas não foi apenas a consequência de um desenho ideológico. Também respondeu à necessidade prática de facilitar a comunicação dentro do mesmo lar. Seja o que for, a paisagem linguística israelense aparece hoje em dia muito empobrecida em decorrência da erradicação das línguas faladas uma geração anterior. Para dar uma ideia da amplitude da transformação que levou do plurilinguismo ao monolinguismo, comparamos as trajetórias linguísticas de Paul Celan e Aharon Appelfeld, originários ambos de Czernowitz. Este confronto entre um poeta atado à língua alemã e um escritor que preferiu a língua hebraica ilustra em um modo muito flagrante o impacto do monolinguismo israelense sobre as identidades linguísticas originais. O artigo acaba com uma reflexão sobre a influência do inglês americano sobre o desenvolvimento mais tardio do hebraico moderno. Longe de constituir um fator de europeização, o impacto do inglês americano aparece como a manifestação linguística da dinâmica da globalização. A mediação do inglês americano na relação com o mundo exterior compensa a perda das línguas europeias.

Palavras-chaves

Israel – Hebraico – Glotopolítica – Jacobinismo linguístico – Morte das línguas – Czernowitz – Americanização.

Abstract

This paper aims at putting in parallel the triumph of linguistic Jacobinism during the French Revolution and the success of Israeli glottopolitic by dint of which the legacy of Diasporic Babelism has been given up in a very short time. The forced Hebraization caused the eradication of traditional Jewish languages, as well of the other languages spoken by Jews of Central, Eastern or Balkanic European background. However, the break in the transmission of language from one generation to the other is not only the consequence of an ideological agenda. It was also intended to give a response to problems of mutual understanding within the Israeli society or even in the frame of the same family. Whatever it might be, Israeli linguistic landscape looks terribly impoverished as a result of the erasing of the languages spoken in the past. In order to duly perceive the magnitude of the transformation that led from plurilingualism to monolingualism, I choose to compare the linguistic itineraries of Paul Celan and Aharon Appelfeld, two writers stemming from Czernowitz. The contrast between the poet, still attached to the German language, and the novelist who rejected it in favor of Hebrew, is a clear illustration of the impact of Israeli monolingualism on the previous linguistic identities. Lastly, this paper ends with a reflection on the influence of American English on the newest developments of Modern Hebrew. Far from being a factor of Europeanization, the impact of English on Hebrew is the linguistic manifestation of globalization.

Keywords

Israel – Hebrew – Glottopolitics – Linguistic jacobinism – Language death – Czernowitz – Americanization.

A distância de cerca de 150 anos que separa a criação do Estado de Israel do ano 1 da República francesa diminui numa situação, *mutatis mutandis*, similar: animadas por um élan revolucionário, as duas nações tiveram no multilinguismo um obstáculo aos seus respectivos projetos políticos. Lembrem-se as veementes proposições de Bertrand Barrère de Vieuzac, no encontro das línguas faladas nas províncias da França.

O federalismo e a superstição falam em baixo-bretão; a emigração e a raiva da República falam alemão; a contra-revolução fala italiano e o fanatismo fala basco. Abandonemos estes instrumentos de prejuízo e erro (documento do Comitê de Saúde Pública lido na **Convenção Nacional 8**, chuvoso ano II/ 27 de janeiro de 1794).

Como a França revolucionária, o Estado de Israel, ao longo das primeiras décadas de sua existência, foi exposto ao perigo da explosão resultante de um estrondoso babelismo. (ASLANOV, 2006a, p. 77-8). Esta situação caracteriza mais precisamente a fase imediata à criação do Estado, em 15 de maio de 1948. Antes dessa data, o problema da diversidade linguística não se colocava com tanta acuidade, porque a maioria dos judeus palestinos pertencia à mesma base linguística.

As quatro primeiras ondas imigratórias trouxeram judeus provenientes da Europa Oriental (Lituânia; Letônia; Bielorrússia; Ucrânia; Bessarábia) ou Centro-Oriental (Polônia). De todo modo, esses imigrantes e pioneiros estavam unidos por uma idichefonia latente e pela vontade comum de substituir o ídiche ancestral pelo hebraico renovado, quer dizer, pela língua sagrada laicizada e vernacularizada devido a uma decisão voluntarista do renovador da língua falada - Eliezer Ben Yehuda. Para marcar a ruptura entre os empregos tradicionais do hebraico em contexto judaico da Europa Oriental e as novas funções do idioma renovado, Ben Yehuda optou por substituir a pronúncia ashkenazita do hebraico por uma norma sefardita que refletia os hábitos de pronúncia dos judeus hispanófonos do Império Otomano.

Mesmo as pequenas comunidades que não faziam parte do grupo etnolinguístico judaico da Europa Oriental instaladas na Palestina se acomodaram bem a esse deslocamento. Eram grupos isolados não ashkenazitas que possuíam sua língua específica: judeo-espanhola de Sefarad; dialetos judeu-árabes de alguns grupos judaicos iemenitas, sírios ou magrebenses vindos à Palestina durante o século XIX; judeo-tadjik dos judeus do Afeganistão e da Ásia Central; judeo-tat (juhuri) dos judeus do Cáucaso e de Azerbaijão; neo-aramaico dos judeus do Kurdistão. Tal diversidade linguística não comprometia em nenhum caso a comunicação com as outras comunidades de judeus ou não judeus da Palestina, porque em virtude da lógica da coexistência dos grupos etno-religiosos no contexto levantino, cada um deles conhecia elementos corriqueiros da linguagem dos vizinhos e podia sempre recorrer a uma língua “veicular”, sempre que a comunicação não ultrapassasse o estágio das poli-

das saudações. Da velha cidade de Jerusalém a Hevron, a Safed ou a Tiberíade, quer dizer, nas quatro cidades sagradas do país em que os judeus estavam instalados há séculos, assim como em Jaffa onde o povoamento judaico começou em torno de 1832, esta língua “veicular” podia ser o árabe-palestino (PIAMENTA, 2000) ou o judeo-espanhol. Mesmo o ídiche era utilizado desde o fim do século XVIII, quando os ashkenazitas religiosos da Europa Oriental começaram a imigrar para a Terra Santa. De qualquer modo, a partir de 1880, os grupos linguísticos isolados, constituídos pelos judeus sefarditas e orientais e alguns ashkenazitas, foram submergidos pelo afluxo dos judeus pioneiros da Europa Oriental, falantes do ídiche ou do hebraico renovado.

O JACOBINISMO ISRAELENSE CONTRA O BABELISMO JUDAICO

A relativa homogeneidade linguística que prevalecia entre os judeus durante o mandato britânico na Palestina só foi colocada em questão em 1936, com a chegada dos judeus alemães fugidos do nazismo. A germanofonia desses refugiados da velha Europa contrastava fortemente com a paisagem linguística do hebraico e do ídiche dos judeus palestinos de origem russa ou polonesa. As dificuldades enfrentadas por esses falantes da língua de Goethe em contato com o hebraico renovado pelos pioneiros sionistas originários da Europa Oriental foram objeto de muitas brincadeiras mais ou menos baseadas em situações reais.

A uniformidade linguística foi novamente submetida a uma rude prova a partir de 1948, nos primeiros meses que seguiram à proclamação da independência, a qual pôs fim às restrições que os ingleses impuseram à imigração judaica na Palestina. Na verdade, a chegada dos judeus sobreviventes da Europa Central e Oriental não colocou muitos problemas do ponto de vista linguístico, porque a maioria dos imigrantes europeus conhecia o ídiche. As aspirações de homogeneidade linguística foram comprometidas sobretudo pelos imigrantes provenientes do Oriente Médio onde a situação dos judeus havia se deteriorado em seguida à criação do Estado de Israel, a qual era percebida como uma afronta pelo conjunto dos países árabes. Em 1956, a independência da Tunísia e do Marrocos trouxe de volta o fantasma dos *pogroms* para as comunidades judaicas da África do Norte, cujas massas pobres não tinham outra alternativa que a de emigrar para Israel. Nem bem superado o choque da imigração dos judeus orientais de 1948, Israel teve de acolher os imigrantes tunisinos e marroquinos que começaram a afluir a partir do fim dos anos 1950.

Para impedir o risco de explosão social e cultural colocado pelo grande afluxo de comunidades inteiras vindas da Síria, do Iraque, do Iêmen, do Egito, da Líbia, da Tunísia e do Marrocos, as instâncias

glotopolíticas israelenses impuseram o hebraico com mão de ferro e conseguiram, em alguns anos, erradicar as marcas da diferença linguística. Esse esforço de impor a língua oficial do país para o conjunto dos recém chegados não se restringiu a substituir o árabe ancestral pelo hebraico. Um grande número de imigrantes orientais conhecia muito bem a língua sagrada, mas eles a pronunciavam segundo os hábitos específicos de suas respectivas comunidades. Ora, essas tradições linguísticas herdadas de um passado muito antigo e marcadas por um contato prolongado com o árabe, diferenciavam-se nitidamente da norma sefardita otomana adotada no fim do século XIX por Ben Yehuda. O jacobinismo linguístico objetiva, assim, não somente extirpar a arabofonia do seio das populações judaicas orientais, mas também purificar a variedade do hebraico que lhes era familiar de tudo que poderia lembrar os tempos em que o hebraico litúrgico e o judeo-árabe vernacular coexistiam no âmbito da diglossia tradicional dos judeus arabófonos.

Para além das repercussões positivas desta impressionante vitória do plano glotopolítico, a homogeneização linguística posta a serviço de um projeto político que se pretendia progressista e revolucionário resultou num empobrecimento drástico do horizonte linguístico israelense. A hebraização intensiva não só desferiu um golpe fatal nas diversas línguas judaicas, mas principalmente no ídiche que, sob diversos ângulos, pode ser considerado como a língua judaica por excelência (MYHILL, 2004, p.156-160). Além disso, ela desenraizou as línguas de comunicação ou de cultura que muitos imigrantes utilizavam em seus países de origem, mas que não transmitiram a seus filhos e a seus netos. Sendo que uma parte importante dessas línguas era constituída precisamente por línguas europeias, a abolição da diversidade linguística israelense em nome de um ideal monolíngue igualmente resulta em uma deseuropeização da paisagem cultural da jovem nação.

Se a corrente principal² da sociedade israelense foi eminentemente marcada pelo apagamento das línguas étnicas ou pelo abandono progressivo das línguas de cultura em uso na diáspora, outros setores da sociedade israelense preservaram sua diferença linguística: os ultra-ortodoxos estão ainda muito apegados à prática vernacular do ídiche; os imigrantes vindos da ex-URSS constituíram uma sociedade paralela russófona, contando com aproximadamente 1,2 milhões de almas; enfim, a glotopolítica israelense concedeu ao árabe o estatuto de língua oficial, em consideração à importante minoria alóglota constituída pelos árabes cidadãos de Israel. Aliás, o reconhecimento institucional da língua árabe não fez mais que manter uma decisão, tomada em 1922, pelas autoridades da Palestina mandatária.

O estudo do multilinguismo israelense deve considerar a polarização entre uma corrente central despoçada de suas línguas ancestrais (ASLANOV, 2008, p. 36) e as periferias ainda marcadas por suas

aloglossias, sendo estas ao mesmo tempo a causa e a consequência de sua marginalização nas franjas da sociedade.

DOBABELISMO A O MONOLINGUISMO: OS EFEITOS DE UM DESPERDÍCIO

Como já sublinhado na introdução, duas categorias de línguas sofreram as tendências jacobinas da glotopolítica israelense: as línguas judaicas tradicionais e as línguas de comunicação corrente praticadas nas diversas diásporas. As primeiras em geral desapareceram pura e simplesmente, porque o repatriamento de urgência das comunidades judaicas do Oriente Médio teve como efeito reagrupar todos ou quase todos os falantes de cada língua tradicional, no quadro do novo Estado. Ora, as condições de extrema precariedade social em que se encontravam os refugiados das comunidades judaicas originárias de países árabes comprometeram as estruturas tradicionais da família ampliada, as quais são uma garantia de sobrevivência das línguas judaicas ancestrais. Este cenário do apagamento das línguas concerne em particular aos idiomas tradicionais dos judeus curdos e iemenitas. Afora algumas famílias judias que permaneceram no Iêmen, os únicos testemunhos do judeo-árabe iemenita vivem hoje em Israel. Quanto aos falantes da variedade judaica do neo-aramaico há pouco falado no Curdistão, eles só são encontrados hoje em Israel – mas por quanto tempo ainda? A recentralização dessas línguas judaicas do Oriente Médio apenas no território de Israel é tão forte que os jovens israelenses de origem oriental expatriados para os Estados Unidos ou para a Austrália pertencem a uma geração que não pratica mais a língua ancestral.

Confinadas durante muito tempo em campos de trânsito, as populações judaicas orientais eram socialmente muito vulneráveis. Sua identidade etnolinguística original não resistiu por muito tempo ao voluntarismo do novo Estado desejoso de enquadrar os jovens de origem não ashkenazita nas redes educativas e no exército. Este enérgico alistamento ditado por um projeto político que se queria emancipador foi acompanhado por uma hebraização intensiva e rápida. Pode-se até perguntar se a hebraização não constituiu um instrumento essencial nesse projeto, visando a enquadrar as populações alóglotas. Ao impor o hebraico moderno aos judeus cuja cultura hebraica se limitava mais frequentemente ao uso litúrgico ou paralitúrgico da língua santa pronunciada segundo normas *sui generis*, as autoridades do Estado cortaram as jovens gerações de suas referências tradicionais. Neste ponto, também, a semelhança com a experiência republicana francesa é flagrante. Lembremos que os efeitos conjugados da instrução laica, gratuita e obrigatória e do recrutamento contribuíram grandemente para erradicar os dialetos e as línguas regionais do espaço nacional francês. Nos dois casos, percebe-se que o meio se transformou em fim e que o estrangulamento do babelismo continuou, apesar de não constituir mais

questão vital.

Já em 1792, a luta contra a diversidade linguística aparecia como uma condição essencial da vitória da Revolução. A Terceira República triunfante depois de maio de 1877 foi mobilizada para dar o golpe de graça à *alloglossia* rural que comprometia o sucesso da propaganda republicana durante os anos de 1871-1875. Da mesma maneira, os atores da glotopolítica israelense dos anos 60 se voltaram contra as línguas judaicas e as línguas europeias de comunicação corrente, apesar de elas não constituírem mais uma ameaça para a coesão da nação, confirmada pelas guerras de 1956 e 1967.

Em duas ou três gerações, as línguas judaicas e os idiomas herdados do passado diaspórico seguiram o caminho de todas as línguas dos imigrantes em fase de recessão: a primeira geração nascida no novo país é capaz de compreender a língua dos pais, mas não mais a domina de maneira ativa; a segunda geração não a compreende, a não ser intuitivamente; a terceira geração não a compreende mais; quanto à quarta geração, ela não é sequer capaz de identificar a língua perdida. Graças ao trabalho de campo do linguista Shlomo Morag e de seu continuador Aharon Maman, as línguas tradicionais dos judeus sefarditas e orientais foram documentadas, arquivadas e mesmo digitalizadas, antes de sua extinção quase completa. Entretanto, essas transformações das línguas judaicas em objeto de estudo é somente uma magra compensação para seu desaparecimento da paisagem linguística israelense.

Para além das línguas judaicas, outros idiomas participaram da hebraização intensiva dos imigrantes e de seus filhos. A negação do passado diaspórico - fase dialética essencial da revolução cultural que visava a criar o homem novo israelense - fez claramente aparecer a ligação orgânica entre a restauração da soberania política e o retorno à prática oral da língua ancestral há muito relegada ao estatuto de superestrato de culto e de cultura. Em uma perspectiva sionista³, a obliteração das línguas do passado é uma maneira de virar a página de um período negro em que o povo judeu não era sujeito de sua própria história e em que era obrigado a falar as línguas dos não-judeus ou, ao menos, uma readaptação judaica desses idiomas: judeo-alemão, judeo-espanhol, judeo-italiano, judeo-árabe, judeo-persa e muitos outros mais.

Na Europa Central, Oriental e nos Bálcãs, a integração social das minorias étnicas e o acesso ao saber universitário supunham a alienação às línguas hegemônicas. Antes da Primeira Guerra mundial, os idiomas cujo domínio constituía a condição necessária mas nem sempre suficiente da promoção social, eram o russo ou o alemão na Europa Central e Oriental, assim como o francês nos Bálcãs e em toda bacia mediterrânea. Mas a partir de 1918, o papel de língua hegemônica foi em parte substituído pelas línguas oficiais dos Estados sucessores dos impérios russo, austro-húngaro e otomano: o polonês; o lituano; o letão; o estônio; o tcheco; o húngaro; o romeno; o búlgaro; o servo-croata; o grego. Em muitos casos, esses idiomas nacionais erigidos a *status* de línguas oficiais do Estado-nação tinham eles mesmos sofrido a pressão das

línguas hegemônicas no contexto autocrático das antigas monarquias. Ao alcançar o status de línguas oficiais, tais idiomas foram em geral, muito opressivos em relação às línguas minoritárias que estavam na órbita das grandes línguas de cultura. Nesta perspectiva, a volta para a terra ancestral e a reapropriação da língua hebraica foram frequentemente percebidas como um ato de liberdade em relação ao primado das línguas do Outro. Mesmo quando a língua hegemônica do passado era tradicionalmente associada a um ideal de emancipação, como foi o caso do francês nas comunidades judaicas sefarditas das margens do Mediterrâneo, a ideologia sionista se esforçou em limitar sua difusão, notadamente através da tomada de controle das sucursais israelitas da Aliança Israelita Universal (ASLANOV, 2006, p. 222-5).

A maior parte das famílias israelenses interiorizou esta rejeição à diversidade linguística e se alinhou espontaneamente ao imperativo ideológico que a estimulava a não falar com as crianças na língua dos países de origem. Portanto, o pragmatismo sem dúvida alguma substituiu o dogmatismo político na escolha da língua hebraica como língua de comunicação no âmbito doméstico. O emprego do hebraico como língua de comunicação familiar constituía, além disso, um expediente cômodo, principalmente quando os cônjuges não eram provenientes do mesmo país. Mesmo que muitos israelenses não nascidos na Palestina dominassem frequentemente o alemão e o russo, línguas de cultura da Europa Oriental, e mesmo que o ídiche frequentemente fizesse parte do lote de línguas de muitas famílias de origem ashkenazita, a geração de imigrantes que se casava em Israel nos anos 50 teve tempo de receber uma educação europeia nas línguas dos Estados-nações do entre duas guerras. A aculturação dos pequenos países da Europa central, oriental ou balcânica diminuía o risco de diversidade linguística no âmbito de um mesmo lar. O babelismo familiar era visto como mais complexo, pois fazia coexistir diversas línguas faladas em épocas variadas num dado território: assim, os judeus originários da Eslováquia, de Rutênia sub-carpática, da Transilvânia, do Banato, da Croácia ou da Voivodina conheciam frequentemente o húngaro além do eslovaco, do romeno ou do servo-croata em uso nas suas regiões respectivas; os judeus poloneses evacuados para a União Soviética entre 1939 e 1941 e repatriados a Israel em 1957 conheciam o russo, além do polonês e do ídiche; os judeus de Czernowitz, questão a ser desenvolvida mais adiante, conheciam muito bem o romeno e o alemão e, em geral, mantinham o ídiche ancestral. A superposição de línguas na consciência de um mesmo indivíduo era frequente no curso dos primeiros decênios da história de Israel.

Porém, o poliglottismo estava longe de ser o privilégio de um grupo restrito de eruditos, pois caracterizava frequentemente as categorias sócio-profissionais pouco prestigiosas. Por um efeito de causalidade inversa, o domínio de línguas não era valorizado pelas elites por ser considerado como algo banal. Sendo que um modesto comerciante de legumes curdo poderia muito bem conhecer cinco línguas e um encanador romeno poderia

falar correntemente meia dúzia delas, parecia que este ponto preciso do domínio de línguas tinha algo a ver com as pessoas simples. Na consciência dos dirigentes e no âmbito da nação, era mais importante esmerar-se na prática monolíngue do hebraico que acumular o domínio de várias línguas.

Mede-se aqui a imbricação das motivações pragmáticas e dos móveis ideológicos. Frequentemente a valorização da língua hebraica em nome da ideologia sionista permite fazer da necessidade virtude e transformar em uma missão política o que não era mais que um passo visando a facilitar a comunicação cotidiana. A combinação do fator ideológico e do imperativo prático alcançou efeitos fulgurantes. No espaço de duas décadas, as jovens gerações do não menos novo Estado se tornaram perfeitamente monolíngues e contentes de sê-lo.

O resultado da mudança da paisagem linguística israelense não é unicamente a erradicação objetiva das línguas ancestrais ou dos idiomas dos países de origem. De um ponto de vista subjetivo da valorização da língua, o alinhamento ao modelo monolíngue foi acompanhado por uma profunda rejeição das línguas do passado. Esses idiomas não foram somente esquecidos: transformaram-se em objeto de execração, apesar de não representarem ameaça ao primado incontestável do hebraico. O coeficiente de prestígio associado às línguas da Europa Central e Oriental, quer dizer, as línguas que constituíam o primeiro horizonte da corrente central da sociedade israelense, é anormalmente baixo, demais baixo para ser neutro. Na sua rejeição da experiência da diáspora, os israelenses da segunda metade do século XX conceberam uma antipatia feroz em relação a todas as línguas faladas entre o Reno e o Volga.

Gostaria de ilustrar essa rejeição instintiva que aparenta ser um fenômeno de repressão psicológica, através das conclusões que pude tirar após um trabalho de campo efetuado em agosto e setembro de 1996, sobre a valorização e o prestígio de certas línguas no contexto sociolinguístico israelense. Constituí um modelo reagrupando sons de quatro línguas românicas (francês, italiano, espanhol e romeno) e eu os fazia ouvir por informantes jovens e nascidos no país, sem lhes dizer de quais línguas se tratava (à parte o francês facilmente reconhecível, o espanhol e o italiano não são sempre diferenciados pelos israelenses que não têm relação particular com estas línguas). À pergunta de qual língua lhes agradava menos, as pessoas interrogadas designaram unanimemente o romeno (sem identificá-lo como tal). As sonoridades leste-europeias da língua romena eslavizada pentecente ao *Sprachbund* balcânico despertavam imedatamente um sentimento de repulsa nos quarenta jovens israelenses aos quais submeti o questionário. Em contrapartida, o francês, o espanhol e o italiano foram classificados em boa posição na seleção de línguas julgadas por suas qualidades estéticas. Desejoso de proceder a uma contra-prova em outro país, reapliquei o teste na França, substituindo o francês pelo português. Curiosamente, os informantes franceses tenderam a classificar o romeno – última lín-

gua das escolhas em Israel – na posição de favorito. O perfume da Europa Oriental emanado do romeno, do ponto de vista dos que não conhecem a língua, pôde provocar uma reação instintiva da aversão do lado israelense e uma vaga atração do lado francês. Para os israelenses, a identidade leste-europeia é um peso pesado a carregar do qual se prefere abrir mão, em nome do desejo explícito de fazer parte do Ocidente. Para os franceses, é uma alteridade absoluta que suscita interesse e curiosidade.

UMA CIDADE DE ORIGEM E DESTINOS DIFERENTES: ITINERÁRIOS COMPARADOS DE DOIS ILUSTRES HABITANTES DE CZERNOWITZ.

Para melhor apreciar o impacto da imigração em Israel com relação às línguas de origem, pode-se comparar o destino de dois autores ilustres, ambos nascidos em Czernowitz ou em suas imediações: Aharon Appelfeld e Paul Celan. O primeiro chegou à Palestina imediatamente após a guerra (1946) e resolveu escrever somente em hebraico, apesar de a maior parte de suas obras evocar contextos europeus³. O segundo escolheu retornar à língua alemã após um breve intercurso bucarestiano entre abril de 1945 e dezembro de 1947, quando participou da vida literária romena (CHALFEN, 1989, p.150-187; COLIN, 1991, p. 75-83; CORBEA, 1998, p.157-187). Aparentemente a decisão de escrever na língua materna poderia ser entendida como um corolário da situação existencial de um poeta judeu diaspórico, inserido no horizonte literário de Viena e de Paris. Mas, na realidade, alguns fatos biográficos permitem pensar que a relação de causa e efeito pode ser invertida. Em outras palavras, não é a escolha da existência diaspórica que teria condicionado a volta paradoxal à língua alemã, fortemente comprometida pela experiência traumatizante da Shoá. Ao contrário: o desejo de encontrar um ambiente receptivo a suas obras escritas em alemão é que teria induzido Paul Celan a excluir a opção israelense que lhe foi apresentada (FELSTINER, 1995, p. 56-7). Talvez Celan tivesse na memória o precedente trágico de Else Lasker-Schüler, poetisa judia alemã que encontrou refúgio em Zurique, mas com a Segunda Guerra Mundial foi obrigada a permanecer na Palestina mais tempo do que havia previsto. Imobilizada, porém, na Palestina mandatária, esta mulher de letras viveu em condições extremamente precárias até sua morte em Jerusalém, em janeiro de 1945 (BAUSCHINGER, 1980, p. 45-9; FALKENBERG, 2003, p. 163-180)⁴.

Outros representantes ilustres das letras alemãs souberam construir um lugar ao sol na vida cultural israelense dos anos 50 e 60 sem renunciar à escrita em alemão. Entre eles, há nomes tão ilustres como Martin Buber ou Max Brod, sendo o último não somente amigo, mas também o depositário universal da obra de Kafka. Entretanto, Celan percebia, talvez com razão,

que a revolução cultural sionista, traduzida no plano linguístico pela imposição de uma língua única, arriscava criar um hiato entre sua experiência poética tão profundamente marcada pelo babilismo e pela mistura de códigos e um público desejoso de esquecer as línguas do passado.

É importante lembrar que Celan não ignorava o hebraico. Ele estudou durante três anos na escola Ssafa Iwrija ("língua hebraica") de Czernowitz onde o ensino era ministrado em hebraico moderno (CHALFEN, 1989, p. 47). Celan não teria permanecido fora do contexto linguístico hebraico se tivesse escolhido emigrar para Israel. De qualquer modo, este que se pode considerar como o maior poeta de língua alemã do pós-guerra escolheu viver fora dos países germanófonos, preferindo a atmosfera cosmopolita de Paris dos anos 1950-60 ao contexto israelense da mesma época.

O conflito de línguas na consciência do poeta expressa-se de modo icônico no poema "*Du sei wie du, immer*" ("Sê aquele que és, sempre") (CELAN, 1992/II, p. 327) no qual um fragmento do versículo de **Isaías** 60:1 ("Levanta-te, sê esclarecida") é citado em hebraico em seguida à citação de Mestre Eckhart em um dos seus sermões. Essas construções a partir das citações foram analisadas por Jean Bollack que destacou que as duas palavras finais em hebraico (kumi/ori) foram transcritas em letras hebraicas pelo próprio Celan na ocasião de uma viagem que o poeta fez a Israel, em outubro de 1969, seis meses antes de morrer (BOLLACK, 2001, p. 75). Apesar desta última homenagem à língua hebraica, é altamente significativo que o médio-alto-alemão de Mestre Eckhart tenha precedência sobre o hebraico no espaço escritural desse curto poema.

Por outro lado, Aharon Appelfeld escolheu adaptar-se ao contexto sócio-linguístico e ao discurso literário da jovem nação, mas preservou no hebraico o palimpsesto da sua germanofonia reprimida. Na advertência que precede a tradução francesa dos **Tempos dos prodígios**, a tradutora Arlette Pierrot observa que esses efeitos hipogramaticais só são perceptíveis para aqueles que conhecem o alemão ou o ídiche (PIERROT, 1985, p. 12).

De qualquer modo, Celan e Appelfeld se completam perfeitamente em virtude de um efeito de simetria especular. Enquanto a palavra poética alemã de Celan se subverte pela remanescência ocasional dos lexemas hebraicos, em ídiche ou russo, o discurso romanesco de Appelfeld se desestabiliza pela lembrança da língua recusada que palpita nas entrelinhas de seu texto, conferindo um halo estrangeiro ao hebraico. O que desconcerta o leitor germanófono que descobre Celan, é o florescimento em sua poesia das línguas do Outro. Da mesma maneira, o leitor israelense, cuja língua materna é o hebraico e que constitui em si mesmo o produto da glotopolítica voluntarista dos pais fundadores da nação, só pode ficar intrigado pela presença-ausência da língua reprimida na prosa de Appelfeld.

A perspectiva dos dois autores de Czernowitz em

trajetórias simetricamente divergentes permite medir o abismo que separa o horizonte de recepção israelense dos contextos linguísticos da velha Europa.

A AMERICANIZAÇÃO, COROLÁRIO DA DESEUROPEIZAÇÃO

O triunfo do monolinguismo hebraico foi parcial porque, conforme assinalado na introdução, não afetou as margens da sociedade israelense. Ele teve, além disso, curta duração, já que, depois de 1967, o alinhamento de Israel sob as gestões da geopolítica americana, obrigou as elites a se comunicar com o mundo exterior na língua do principal parceiro político, econômico e estratégico de Israel.

Curiosamente, o inglês era talvez a língua europeia menos conhecida durante os dois primeiros decênios de existência do país, na época em que a sociedade israelense ainda estava próxima do babilismo do princípio. Os quase trinta anos de dominação britânica não conseguiram impor o inglês em profundidade à população judaica do país. Esta língua era não só percebida como um símbolo de opressão imperialista pelos militantes sionistas mais radicais, como também foi outorgado ao hebraico, em 1922, o *status* de língua oficial ao lado do inglês e do árabe no contexto da Palestina sob o mandato britânico. Entre 1922 e 1948, um judeu palestino podia quase ignorar o inglês pois tinha se criado uma burocracia em língua hebraica. A história da Palestina mandatária e a história do hebraico nessa época fornecem todo tipo de ilustrações eloquentes da situação de hermetismo ocasional em relação à língua do colonizador. Eu gostaria de mencionar três particularmente reveladoras.

Quando, em julho de 1944, o exército britânico começou a recrutar homens e mulheres entre a população judaica da Palestina, muitos voluntários não conheciam suficientemente o inglês para compreender as ordens provenientes do comando britânico. Tal situação fez proliferar cursos intensivos de inglês para os novos recrutas.

Um outro exemplo de conhecimento imperfeito do inglês entre a população judaica palestina foi fornecido pelo título de um artigo publicado em um jornal local em hebraico. Na pena de um jornalista pouco hábil, a frase *a single-handed pilot shot down a Messerschmidt* <<um piloto abateu sozinho um Messerschmidt>> se transformou em *tayyas gidem hipil Messerschmitt*, literalmente: <<um piloto amputado de um braço abateu um Messerschmidt>> ao termo de uma interpretação literal e etimologizante de *single-handed* <<sozinho>>.

Enfim, a compreensão aproximativa do inglês reflete-se na adoção da palavra de empréstimo *hand brakes* <<freio de mão>> sob a forma *ambreks* no sociolêto dos garagistas judeus palestinos da época mandatária. Os representantes dessa corporação produziram no seu hebraico vernacular as sonoridades desta

palavra da maneira como eles a reinterpretavam em função de suas próprias categorias fonéticas. Ainda hoje, *ambreks* serve para designar usualmente o freio de mão em Israel, mesmo que nesse meio tempo o inglês tenha conseguido se impor na paisagem sociolinguística do país. Porém, poucas pessoas em Israel são capazes de reconhecer a etimologia exata da palavra *ambreks*. A consciência linguística do falante médio permite perceber esta palavra como um anglicismo, sem poder conectar o primeiro elemento [am-] a uma palavra inglesa precisa, o elemento "breks" sendo perfeitamente claro depois que ele integrou o léxico do hebraico corrente, onde concorre com a palavra hebraica *belamim*.

Entre a época em que o inglês britânico do colonizador era mais ou menos conhecido da população judaica do país e a inserção de Israel na esfera de influência americana, há um hiato cronológico. Primeiramente, não se trata do mesmo inglês. Não tanto pela questão da diferença entre o inglês britânico e o inglês americano que está em jogo, mas sim pelo contraste das funções sociolinguísticas entre o inglês "veicular" mais ou menos conhecido na sociedade colonial da Palestina mandatária e os usos simplificados do inglês americano na aldeia global de hoje. Curiosamente, o inglês americano autêntico derrota com frequência o israelense médio. Os filmes americanos difundidos no cinema ou na televisão são sempre projetados na versão original (menos as produções para crianças). Portanto, a presença de legendas em hebraico permite ao público economizar o esforço de compreender a palavra viva.

O fato de o inglês americano ser sistematicamente mediado por legendas engendra uma situação paradoxal. Os israelenses têm dificuldade em escutar o inglês pronunciado normalmente. Eu fui testemunha de uma cena muito reveladora: um novaiorquino conversava comigo na sua variedade característica do inglês num café da moda em pleno centro de Tel Aviv, quando a garçonete se aproximou para anotar o pedido, perguntando se ele falava inglês, como ela teria feito se ele estivesse utilizando uma língua completamente exótica na paisagem sociolinguística israelense.

Este relato ilustra bem que a única variedade inglesa que os israelenses médios compreendem sem esforço é aquela que utilizam ou a das pessoas cujo inglês não é a língua materna. Entretanto, a presença objetiva do inglês na paisagem linguística israelense traz um alinhamento do hebraico moderno com o inglês americano. As traduções dos livros e as legendas favorecem a introdução de algumas expressões calcadas no inglês. Porém, as instâncias glotopolíticas do país (a Academia da Língua Hebraica) estão sempre empenhadas em criar neologismos em hebraico para conter a invasão dos estrangeirismos americanos.

A necessidade de relevar sem cessar os desafios colocados por uma língua hegemônica revela uma subordinação objetiva do hebraico ao inglês americano

em virtude do esquema da colateralidade analisado por Jean-Michel Eloy (ELOY, 2004). Em outros termos, o inglês americano funciona como a locomotiva da nova construção linguística israelense.

CONCLUSÃO

O apagamento das línguas faladas por toda a diáspora em proveito do hebraico coloca um certo número de questões que tocam a estrutura mesma da língua. Em que medida a língua falada hoje em Israel foi marcada pelo traço dos substratos reprimidos? Em relação a este ponto as respostas são divergentes, a mais extrema dentre elas consiste em acusar o hebraico moderno israelense de facticidade, nela vendo um ídiche superficialmente relexificado (WEXLER, 1990; ZUCKERMANN, 2003).

Concluindo o presente estudo, gostaria de trazer um elemento de reflexão ao debate sobre a natureza do hebraico moderno, continuando o paralelo entre o precedente francês e a experiência glotopolítica israelense e transpondo a reflexão socio-linguística à análise linguística em sentido estrito. O francês padrão e o hebraico moderno têm em comum o fato de serem línguas escritas que alcançaram, num estado relativamente tardio de seu desenvolvimento, o estatuto de língua falada. Tal ampliação das suas funções sociolinguísticas contribuiu muito para sua difusão nas regiões ou espaços sociais onde prevaleciam outras línguas faladas: línguas regionais na França; línguas judaicas e línguas da diáspora judaica em Israel. A imposição de um padrão inicialmente concebido como língua escrita sobre o território da oralidade alóglota certamente contribuiu para transformar em profundidade o francês falado e o hebraico vernacular. Mas isso não é suficiente para considerar o hebraico marcado por um substrato ídiche, como um ídiche disfarçado em hebraico.

O hebraico moderno israelense é suficientemente fiel às suas origens livrescas para ser considerado como língua semítica. O triunfo do monolinguismo hebraico sobre o babelismo é então traduzido por uma deseuropeização da paisagem linguística da jovem nação. Podia-se certamente objetar que no apagamento das línguas da diáspora, línguas não-europeias tiveram a mesma sorte que o ídiche e os múltiplos idiomas falados pelos judeus da Europa central, oriental e balcânica. A deseuropeização linguística da sociedade israelense teria então como contrapeso uma desorientalização, as identidades linguísticas tradicionais sendo abolidas em favor do hebraico, língua comum a todos os judeus do mundo. Contudo, a simetria não é perfeita em razão das disparidades sociais que persistiram muito tempo entre os israelenses de origem europeia e seus compatriotas de origem sefardita e oriental. Durante os primeiros decênios da história do país, foram os primeiros que deram o tom e que influenciaram os

destinos do Estado. O consenso em torno da renúncia do patrimônio linguístico europeu é então uma decisão assumida com alegria pela corrente central da sociedade. Em contrapartida, os grupos étnicos de origem sefardita e oriental que se viram despossuídos de sua herança linguística sofreram, apesar deles próprios, um processo iniciado pelos europeus.

Seja o que for, a conjunção da deseuropeização voluntária e da desorientalização imposta engendrou o triunfo incontestável do hebraico, língua percebida como a ultrapassagem dialética da oposição entre o legado europeu e o legado oriental de Israel. O fato de esta língua dever hoje suplantiar os desafios da mundialização e da americanização só acentua a distância do patrimônio linguístico e cultural da velha Europa. De um ponto de vista subjetivo, a distância entre Tel Aviv e Nova York é menor que aquela que separa a metrópole israelense de Paris, Berlim, Budapeste ou Moscou.

Notas

- 1 Trabalho escrito originalmente em francês. A primeira versão da tradução é de Walter Amaral.
- 2 Notadamente a categoria que recentemente Baruch Kimmerling designa *ahusal*. Esta sigla reagrupa as iniciais de *ashkenazim hilonim vatikim sotsialistiim leumiim* “ashkenazitas, laicos, estabelecidos desde longo tempo no país, socialistas nacionais” (KIMMERLING, 2001, p. 11).
- 3 Mas não na perspectiva original de Theodor Herzl que preconizava a preservação das línguas faladas na Europa no âmbito do estado judeu (HERZL, 1896 p. 75).
- 4 A propósito das implicações psicológicas da transição de Appelfeld ao hebraico, ver Budick (2005, p. 154-8). Um interessante testemunho do autor a respeito da escolha da língua foi recolhido por Nurit Aviv, em seu filme *D’une langue à l’autre* (2004), que traça dez percursos israelenses de troca da língua materna pelo hebraico moderno.

Referências

ASLANOV, C., In: TAUBE, M., TIMENCHIK, R. & SCHWARZBAND, S. (orgs.). *Quadrivium*. Festschrift in Honour of Professor Wolf Moskovich. Jerusalém: Universidade Hebraica de Jerusalém, 2006a, pp. 73-82.

_____. *Le français levantin jadis et naguère: à la recherche d’une langue perdue*. Paris, Honoré Champion, 2006b.

_____. “La mise en scène du contact linguistique et du choc culturel dans *Au bout du monde*. gauche d’Avi Nesher”, *Langage et société*, no 126, pp. 23-38, p. 2008.

BAUSCHINGER S., *Else Lasker-Schüler: Ihr Werk und ihre Zeit*. Heidelberg: Lothar Stiehm Verlag, 1980.

BOLLACK, J., *Poésie contre poésie: Celan et la littérature*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

BUDICK, E. M., *Aharon Appelfeld’s Fiction: Acknowledging the Holocaust*. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 2005.

Celan P., *Gesammelte Werke*, 2a edição, ed. B. Allemann et S. Reichert. Francfort do Main: Suhrkamp, 1992.

CHALFEN, I., *Paul Celan: Biographie de jeunesse*, trad. J.-B. Scherrer. Paris: Plon, 1989.

COLIN, A., *Paul Celan : Holograms of Darkness*. Bloomington-Indianapolis. Indiana University Press, 1991.

CORBEA, A., *Paul Celan si «meridianul» sau: Reperi vechi si noi pe un atlas central-european*. Iasi: Polirom, 1998.

ÉLOY, J. - M., “Des langues collatérales: problèmes et propositions”, In: J.-M. ÉLOY (org.), *Des langues collatérales: problèmes linguistiques, socio-linguistiques et glottopolitiques de la proximité linguistique*. Paris: L’Harmattan, I, 2004, pp. 5-25.

FALKENBER, B., *Else Lasker-Schüler: A Life*. Jefferson, NC- Londres: Mc Farland, 2003.

FELSTINER, J., *Paul Celan : Poet, Survivor, Jew*. New Haven-Londres, Yale University Press, 1995.

HERZL, T., *Der Judenstaat: Versuche einer modernen Lösung der Judenfrage*. Leipzig-Viena: Breitenstein, 1896.

KIMMERLING, K., *Qets shilton ha-a.usalim*. Jerusalém: Keter, 2001.

MYHILL, J., *Language in Jewish Society: Towards a New Understanding*. Clevedon-Buffalo-Toronto: Multilingual Matters, 2004.

PIAMENTA, M., *Jewish life in Arabic Language and Jerusalem Arabic in Communal Perspective: A Lexico-Semantic Study*. Leiden: Brill, 2000.

PIERROT, A. (1985), “Avertissement”, In: APPELFELD, A., *Le temps des prodiges*, Paris: Belfond, 1985.

WEXLER, P., *The Schizoid Nature of Hebrew: A Slavic Language in Search of a Semitic Past*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1990.

ZUCKERMANN, G., *Language Contact and Lexical Enrichment in Israeli Hebrew*. Londres-New York: Palgrave Macmillan, 2003.